

O PAPEL DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO ENFRENTAMENTO AO ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PROFISSIONAIS

THE ROLE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN COPING WITH SEXUAL ABUSE OF CHILDREN: CONCEPTIONS AND PROFESSIONAL PRACTICES

Macdouglass de Oliveira.¹
Fabiola de Sousa Braz Aquino.²

RESUMO

O Abuso Sexual Infantil - ASI constitui-se como problema político e social, e demanda a construção de políticas efetivas de proteção e, especialmente, de prevenção e enfrentamento. Intenta-se que a Educação Infantil, a qual compõe o Sistema de Garantia de Direitos no Brasil, pode se estabelecer como importante instância de enfrentamento ao ASI quando as instituições e as(os) profissionais empreendem ações coletivas e intersetoriais. Pelo seu impacto no desenvolvimento infantil, buscou-se levantar em bases de dados científicas como é abordado o enfrentamento ao abuso sexual por parte de profissionais da Educação Infantil. Os resultados demonstraram a existência da compreensão por parte das(os) profissionais sobre o conceito de ASI e as formas de identificação. Já as práticas identificadas como preventivas e de enfrentamento englobam, em geral, encaminhamentos aos equipamentos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente - SGDCA, e palestra com familiares e crianças.

Palavras-chaves: Educação Infantil. Abuso Sexual Infantil. Enfrentamento.

ABSTRACT

Child Sexual Abuse (CSA) is a political and social problem that demands the development of effective protection policies and, especially, prevention and confrontation policies. It is intended that Early Childhood Education, which is part of the Rights Guarantee System in Brazil, can establish itself as an important instance of confronting CSA when institutions and professionals undertake collective and intersectoral actions. Due to its impact on child development, we sought to gather scientific databases to determine how professionals in Early Childhood Education approach sexual abuse. The results demonstrated that professionals understand the concept of CSA and the ways to identify it. The practices identified as preventive and confrontation generally include referrals to

¹ Doutorando em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Educação, Cultura e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Especialista em Saúde Mental e Coletiva pela UNIFAVIP/DEVRY. Graduado em Psicologia pela UNIFAVIP/DEVRY. Professor Substituto no Departamento de Psicologia, Inclusão e Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: contato.macdouglass@gmail.com.

² Doutora e Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduada em Psicologia pela UFPB. Docente Associada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB. E-mail: fabiolabrazaquino@cchla.ufpb.br.

the Child and Adolescent Rights Guarantee System (SGDCA) facilities and talks with family members and children.

Keywords: Early Childhood Education. Child Sexual Abuse. Coping.

INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre parte dos resultados da Tese de Doutorado do primeiro autor, intitulada *Enfrentamento das violências sexuais na educação infantil: concepções e práticas de profissionais*. Parte-se da defesa de que as instituições de Educação Infantil podem, pela ação coletiva de seus profissionais e de diversos setores, ser promotora de desenvolvimento, garantidora de direitos, e participe no enfrentamento ao Abuso Sexual Infantil - ASI.

Como definição, o abuso sexual infantil consiste na submissão da criança a situações que envolvam atos sexuais ou intenção de exposição dela, e se configura como uma invasão no corpo e sexualidade da criança. Pode envolver toques, carícias, manipulação dos genitais, brincadeiras com cunho sexual, exibição de imagens e vídeos pornográficos, e voyeurismo. Menciona-se ainda a utilização de imagens e vídeos de corpos infantis na internet e a penetração propriamente dita (Eliminado para efeitos de revisão dos pares, 2021; Brasil, 2021; Brasil, 2006; Pfeiffer e Salvagni, 2005; Azevedo & Guerra, 1989). Sabe-se que a incidência do ASI é alta, e que não se pode identificar o número exato dos casos, pois esse tipo de violência é caracterizado pelo silêncio que leva a uma subnotificação deles. Por se tratar de uma violência perpetrada de forma sutil, e como principais agressores familiares e pessoas próximas à criança, a descoberta se torna difícil e desafia todo o Sistema de Garantia de Direitos quanto à prevenção ou enfrentamento (Barroso, 2022; Brasil, 2021; Barros, 2016).

Nesse estudo afirma-se como relevante compreender o enfrentamento de violências sexuais, tais como o abuso sexual de crianças, e demarcar o papel da Educação Infantil enquanto instância que pode implementar ações e práticas de gestores e professores que promovam uma

postura preventiva e protetiva frente a este tipo de violência. Assumir uma concepção preventiva diante dessa questão é concentrar as ações profissionais no permanente acompanhamento ao desenvolvimento global infantil, em práticas coletivas que oportunizem diálogo, problematização e reflexão com os profissionais das instituições, visando fomentar ações profissionais para um trabalho coordenado e intersetorial de proteção e enfrentamento à violência sexual infantil (Guzzo, 2016).

No que se refere à Educação Infantil no Brasil, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/96 definem os níveis de Educação Básica e Superior e pressupõe que a educação deve assegurar o desenvolvimento pleno do educando. A referida Lei considera o processo de ensino a partir de princípios como a igualdade de condições para o acesso à escola; a liberdade de aprender e ensinar; o pluralismo de ideias e práticas pedagógicas, e discorre sobre a importância de uma gestão democrática, a valorização de profissionais e a gratuidade do ensino público.

Conforme a Lei nº 9.394/96, editada pela Lei nº 12.796, de 2013, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, e guarda como finalidade priorizar o desenvolvimento integral da criança até 05 anos, com ênfase nos processos físicos, cognitivos, psicológicos e sociais. Destarte, refere a necessidade de formação continuada para profissionais, a unificação de currículos escolares por meio de uma base comum curricular, e admite diversidades e características regionais e culturais. No entanto, no escopo das garantias de direitos, a Lei supracitada refere-se a garantias de alimentação, material didático, transporte escolar e assistência à saúde, mas não discorre sobre o ambiente da Educação Infantil como espaço preventivo no que tange ao enfrentamento ao Abuso Sexual Infantil – ASI.

Em 2018, a Secretaria de Educação Básica - SEB, por meio do Ministério da Educação – MEC atualizou o documento *Parâmetros Nacionais de qualidade da Educação Infantil*, que apresenta oito áreas focais que caracterizam a Educação Infantil e orienta desde a atuação da gestão escolar de forma intersetorial até a disposição dos espaços na instituição. Dentre as áreas identificadas, destaca-se para essa pesquisa a área focal 6. Isto porque, por se tratar da intersetorialidade, no princípio 6.1, identifica a necessidade de uma atuação junto à Rede de Proteção Social, e cita como competência do gestor da instituição, a partir da contribuição de

professores, a observância de suspeita ou confirmações de violências de qualquer natureza contra crianças, determinando encaminhamentos aos serviços de saúde e assistência social, a depender de cada caso. Tal orientação parece óbvia do ponto de vista da compreensão de garantia dos direitos das crianças. Porém, na prática, esse tipo de atuação preventiva e de enfrentamento à violência como o ASI ainda não se encontra consolidada. Autoras como Gatti (2013), ao mencionar a educação, os processos formativos de professores e os impasses das políticas educacionais, alerta que a escola precisa assumir também um lugar de justiça social, por meio de uma prática pedagógica contextualizada com a realidade cultural, social e vivencial das crianças, de forma inclusiva e atenta à especificidade de cada tempo.

Embora a Educação Infantil já se constitua partícipe do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), Oliveira, Roque e Melo (2016), identificaram ausência de temas que identifiquem a prevenção e proteção de crianças nos Projetos Políticos Pedagógicos - PPP e práticas cotidianas de gestores e professores. Para que as instituições escolares, principalmente as de Educação Infantil, potencializem discussões preventivas e desenvolva ações de enfrentamento ao Abuso Sexual Infantil (ASI), se faz necessário repensar conteúdos que não consideram mudanças emergentes nos processos sociais, culturais e científicos. Caso contrário, permanecem os currículos e práticas hegemônicas que reforçam a produção de um conhecimento estático, compartimentado e repetitivo, e a compreensão de um fazer pedagógico que busca unicamente transmitir conhecimentos (Brasil, 2011; Santos, 2019; Santos & Lima, 2020).

Com base no Projeto de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação - MEC e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, o qual discorre sobre as práticas cotidianas na Educação Infantil (2009), destaca-se como fundamental a definição e oferta de conteúdos diversos, cuja intencionalidade pedagógica priorize práticas planejadas, sistematizadas, organizadas e que se façam próximas as experiências dinâmicas das crianças, rompendo com o olhar fragmentado dos profissionais.

Por entender a relevância da Educação Infantil para o desenvolvimento nos primeiros anos de vida e seu papel no enfrentamento de violências à infância, foi realizada uma revisão da literatura nas principais bases de dados nacionais e internacionais, e na Biblioteca Brasileira de Dissertações e Teses – BDTD, com o objetivo de conhecer como a literatura indexada vem

abordando o tema do enfrentamento ao abuso sexual no contexto da Educação Infantil, com foco nas concepções e práticas de professores e gestores, no período de 2012 a 2024. Assevera-se que conhecer o panorama atual de pesquisas e debates sobre essa questão pode favorecer a construção de estratégias de proteção integral da criança, no âmbito da Educação Infantil.

1. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão da literatura que objetivou investigar produções sobre o referido tema, ao mesmo tempo em que buscou problematizar, de forma crítica, a necessidade de ampliar discussões sobre práticas preventivas na Educação Infantil que possam auxiliar e subsidiar o enfrentamento ao Abuso Sexual Infantil. Esse tipo de método permite a delimitação do problema de pesquisa e propõe a identificação de perspectivas metodológicas utilizadas na literatura identificada e novas linhas de investigação sobre o tema proposto (Bento, 2012).

Foram realizadas buscas avançadas nas bases de dados científicas como *Web Of Science*, *Scielo*, *Lilacs*, *Embase*, *Psycinfo*, *Medline* e na plataforma da *Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses – BDTD*. Os descritores foram escolhidos a partir da verificação no Portal da Biblioteca Virtual de Psicologia (BVS Psicologia Brasil), Terminologia em Psicologia. No campo de busca avançada das bases de dados anteriormente citadas, foram utilizados descritores acompanhados por operadores booleanos (and/or): Prática Pedagógica and/or Violência and/or Abuso da Criança; Educação Infantil and/or Gestão escolar and/or Concepções; Educação Infantil and/or Desenvolvimento Infantil and/or Abuso da Criança; Violência and/or Educação Infantil and/or Pré-escola; Percepções and/or Professores and/or Gestores; Práticas Pedagógicas and/or Gestão Escolar and/or Educação Infantil; Violência and/or Educação Infantil and/or Abuso da Criança.

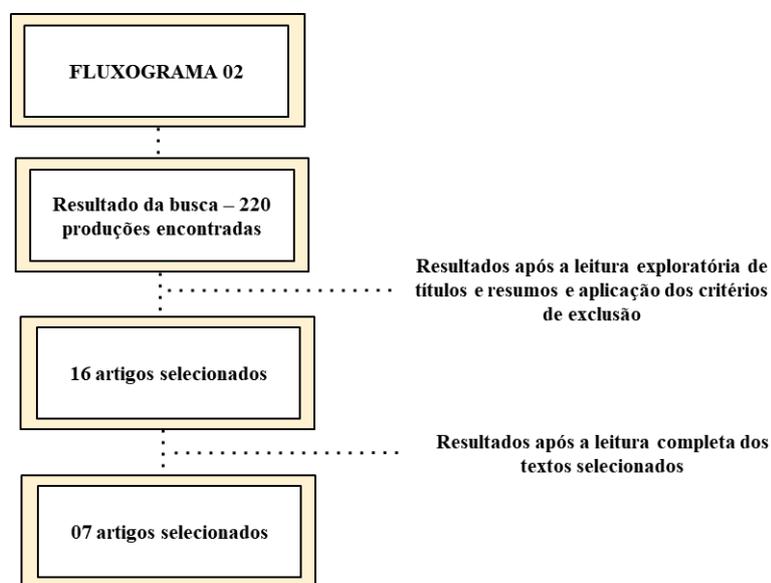
Como critério de inclusão optou-se por selecionar pesquisas: a) no campo da Psicologia, Educação ou Interdisciplinar; b) no contexto da Educação Infantil; c) que discorressem sobre concepções e práticas a partir de gestores e professores; d) com foco no abuso sexual infantil; e) entre os anos de 2012 a 2024. Para critérios de exclusão, utilizou-se: a) pesquisas desenvolvidas em campos distintos da Psicologia, Educação ou Interdisciplinar; b) sem menção

ao contexto da Educação Infantil; c) que não apresentaram foco no abuso sexual infantil; d) ausência de discussões acerca de concepções e práticas preventivas a partir de gestores e professores; e) que foram publicados em períodos anteriores ao ano de 2012.

A partir das buscas realizadas, foram encontrados um total de 220 produções, entre artigos, dissertações e teses, indexadas nas seguintes bases: BDTD, 161; *Medline*, 40; *Lilacs*, 12; *Scielo*, 05; *Web of Science*, 03; *Embase* e *Psycinfo*, 0 estudos. Os dados coletados foram organizados com base na análise de conteúdo temático proposta por Bardin (2016), a qual propõe a organização prévia de todas as produções encontradas e o agrupamento das informações. Com base nestes resultados, recomenda-se a leitura integral das pesquisas, a fim de identificar os materiais que passarão a compor as articulações teóricas do estudo e que apresentem aproximações com os objetivos que se pretende investigar.

Desse modo, após as leituras iniciais de título, foram selecionadas 16 produções. Com a leitura dos resumos e seus respectivos textos, sete publicações foram escolhidas para compor a revisão da literatura desse estudo, indexadas nas seguintes bases: BDTD ($n = 3$), *Lilacs* ($n = 2$), *Web Of Science* ($n = 1$) e *Scielo* ($n = 1$), como demonstra o fluxograma a seguir.

Figura 1- Fluxograma demonstrativo de seleção dos textos para o levantamento.



Fonte: Elaboração dos autores

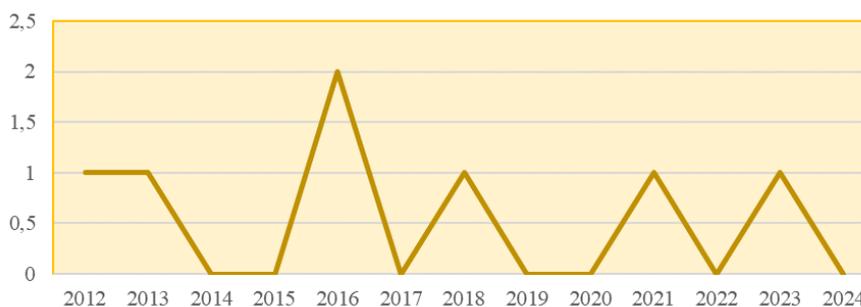
Conforme a seleção do material apresentada na figura 1, utilizou-se para a análise dos resultados das buscas, as seguintes categorias: a) Ano de publicação; b) Objetivos propostos pelos estudos; c) Papel da Educação Infantil no enfrentamento ao ASI; d) Educação Infantil, Intersetorialidade e Atuação em Rede e; e) Ações de enfrentamento ao ASI desenvolvidas na Educação Infantil, as quais serão apresentadas no tópico que segue.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 Ano de publicação

No que refere ao ano de publicação, as produções selecionadas para compor esta revisão da literatura, revelaram pouca adesão ao tema central deste estudo. Salienta-se que o levantamento buscou, inicialmente, considerar o recorte temporal de uma década (2012 a 2022). Posteriormente, com o objetivo de atualizar as informações, ampliou-se as buscas para os anos de 2023 e 2024. Ainda que o recorte temporal tenha ultrapassado uma década, as pesquisas que apresentaram subsídios para o enfrentamento ao Abuso Sexual Infantil, por meio de práticas preventivas na Educação Infantil encontram-se datados da seguinte forma: 02 publicações no ano de 2016; 01 publicação nos anos de 2012, 2013, 2018, 2021 e 2023; nenhuma publicação nos anos de 2014, 2015, 2017, 2019, 2020, 2022 e 2024, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Gráfico com o ano de publicação das pesquisas selecionadas.



Fonte: Elaboração dos autores.

O Gráfico 1 exibe os anos de publicação dos estudos selecionados. Observa-se, do período pesquisado, que o ano de 2016 apresentou maior quantitativo. A explicação para este fato dá-se pelas intensas discussões ocorridas sobre a necessidade de garantir políticas públicas efetivas para a primeira infância, as quais, culminaram no Marco Legal da Primeira Infância, instituído pela Lei 13.257/2016. A referida Lei, discorre sobre o fortalecimento e qualidade na oferta de serviços, em diversas áreas como Educação, Saúde e Assistência Social, incluindo de forma prioritária, a proteção integral de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos. Desse modo, o maior número de produções identificadas no ano supracitado, pode estar atrelado ao momento social e político que se estabeleceu no Brasil, culminando assim, em marcos legislativos importantes e que passaram a nortear as políticas públicas voltadas para a primeira infância, no país.

2.2 Objetivos propostos pelos estudos

As pesquisas elegíveis para este levantamento, apresentaram discussões que se propuseram investigar concepções e práticas de profissionais da Educação Infantil, sobre o ASI e o seu enfrentamento. Para melhor visualização sobre os resultados do referido levantamento, descrevemos por meio do quadro, os objetivos de cada estudo e seus respectivos autores, que podem ser observados a seguir:

Quadro 1 - Objetivos das pesquisas selecionadas

Nº	BASE	OBJETIVOS	AUTOR(ES)/ANO
1	SCIELO	Identificar e analisar os principais resultados apresentados em artigos publicados no Brasil sobre as práticas profissionais desenvolvidas em situações de maus-tratos infantis.	Silva & Camargo (2023)
2	LILACS	Analisar o papel da escola no enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com base em um estudo realizado em unidades de ensino da rede pública estadual de Porto Velho-RO.	Campos e Urnau (2021)
3	BDTD	Construir conhecimentos sobre o problema da VSI em suas implicações e responsabilidades para o currículo escolar, de modo a aprimorar o atendimento de crianças e adolescentes em situação de aprendizagem na Rede Municipal de Educação de São Paulo.	Neri (2018)

4	BDTD	Conhecer os sentidos e significados docentes acerca da violência na educação infantil, descrevendo e analisando as especificidades do fenômeno nessa etapa e suas expressões nas rotinas e práticas pedagógicas.	Silva (2016)
5	LILACS	Analisar a emergência da questão social da violência sexual infanto-juvenil como problema público, sua inclusão e permanência na agenda formal das políticas nacionais nas décadas de 1990 e 2000.	Nascimento & Deslandes (2016)
6	WEB OF SCIENCE	Conhecer o que pensam os profissionais da educação com relação à notificação dos maus-tratos infantis; o que fazem frente a esses casos e suas alegações para não notificar.	Bazon & Faleiros (2013)
7	BDTD	Realizar um estudo sobre sexualidade, violência e infância a partir da fala de profissionais escolares sobre o a violência sexual doméstica infantil.	Vollet (2012)

Fonte – Autoria própria.

O Quadro 1 exhibe as publicações relacionadas ao papel da Educação Infantil para o enfrentamento ao ASI. Esses estudos investigaram ainda as concepções e práticas de profissionais da Educação Infantil sobre o tema, como observa-se nas pesquisas de Silva e Camargo (2023), Campos e Urnau (2021), Neri (2018), Silva (2016), Bazon e Faleiros (2013) e Vollet (2012). Já Nascimento e Deslandes (2016), apresentaram uma discussão vasta sobre o processo histórico das políticas de enfrentamento ao ASI no Brasil, ao mesmo tempo em que avaliaram serviços de referência, programas e ações preventivos e protetivos como a “Escola Que Protege – EQP”, muito difundido nos primeiros anos da década de 2000, mas, que sofreu descontinuidade nos anos que se seguiram.

Destaca-se que grande parte das pesquisas selecionadas foram desenvolvidas utilizando o método qualitativo, sendo a entrevista semiestruturada o instrumento principal para a coleta de dados. Dentre as(os) profissionais participantes, identificam-se as(os) que atuam diretamente na área da educação como gestores, professores e áreas que estabelecem parcerias em rede para a execução de ações de sensibilização e enfrentamento ao ASI, como a assistência social, por exemplo.

2.3 Papel da Educação Infantil no enfrentamento ao ASI

Ao buscar explorar o papel da Educação Infantil no enfrentamento ao ASI, é possível observar nas produções pesquisadas, concepções que convergem e se complementam. Para Campos e Urnau (2021), os contextos e níveis de educação figuram papel primordial e estratégico para a prevenção e o enfrentamento ao ASI, principalmente quando potencializam saberes que permeiam a compreensão crítica da sociedade e modelos de cultura. Destacam ainda que para a construção de uma educação preventiva, se faz necessário o envolvimento de todos os profissionais da escola, buscando de forma coletiva, fomentar momentos reflexivos sobre a temática e que resultem na elaboração de ações concretas, efetivas e continuadas.

Ao corroborar com as constatações de Campos e Urnau (2021), Neri (2018), ressalta a importância da Educação Infantil para o enfrentamento ao ASI, e descreve o seu papel, de forma detalhada. Para a autora, assumir a função preventiva na educação, consiste em promover sensibilização/mobilização sobre o tema, junto à comunidade escolar; ampliar o processo formativo dos (as) profissionais sobre o ASI, com foco numa atuação mais assertiva, principalmente quando se depararem com suspeitas ou identificação de casos, e; atuar em parceria com os demais equipamentos do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, a fim de promover a intersetorialidade em ações educativas, protetivas e promotoras de desenvolvimento.

É válido mencionar que ao investirmos em uma Educação Infantil que potencialize a prevenção ao ASI, considerando a ampliação de momentos formativos e debate sobre o tema no ambiente escolar, poderá ocorrer com maior frequência a descoberta de novos casos. Logo, a prevenção caminha lado a lado com a identificação. Portanto, nesta linha de raciocínio, Vollet (2012), ao mencionar o papel da Educação, destaca o contexto escolar, enquanto ambiente e/ou espaço físico, o qual figura status privilegiado que pode favorecer a descoberta do ASI, a partir das relações de confiança estabelecida entre o estudante e a professora(or). A autora menciona ainda, que é na escola que o ciclo do ASI pode ser interrompido, principalmente por se tratar de violência perpetrada, em sua maioria, de forma intrafamiliar, tendo como principais agressores familiares e pessoas próximas a criança.

Para Silva (2016), na Educação Infantil, as rotinas vivenciadas diferem das demais etapas ou níveis de Educação o que, para a autora, pode auxiliar possíveis suspeitas ou descoberta de casos. A mudança para ela, traduz-se em situações como o banho, o momento do descanso e dormida, a troca de roupas e fraldas, bem como a realização de atividades que envolvem o toque e a brincadeira, as quais permitem a observação de sinais que podem estar atrelados ao ASI. A mesma autora defende ainda que a Educação Infantil deve assegurar todos os direitos da criança, principalmente por estarem garantidos nos marcos regulatórios e legislativos. No entanto, lamenta a ausência de efetividade do Sistema de Garantia de Direitos – SGD no que tange a proteção integral da criança.

Desse modo, compreende-se que os (as) profissionais da Educação são capazes de perceber, a partir do cotidiano de suas atividades, os indicadores da violência sexual infantil, especificamente o ASI. E, a partir das relações de confiança estabelecidas com a criança, poderão ser seu principal agente para a obtenção dos relatos de situações vivenciadas pela vítima. Por esse motivo, pesquisas como as de Bazon e Faleiros (2013) reafirmam o papel fundamental da Educação no enfrentamento ao ASI, em todos os seus níveis.

Ainda que estejamos discutindo neste tópico o papel da Educação Infantil no Enfrentamento ao ASI, cabe ressaltar que não se trata de uma nova atribuição ou aumento na carga do trabalho para profissionais que já se encontram com tantas demandas. A defesa aqui mencionada, está centrada nas competências já existentes nos principais marcos legais que regem a proteção integral das crianças e adolescentes e documentos orientadores da Educação, como o Guia escolar, publicado em 2011. No entanto, o que nos parece novo ou como aumento de atribuições, se desdobra numa ausência substancial de discussões sobre o enfrentamento ao ASI no contexto da Educação Infantil que impede de forma efetiva a realização de ações articuladas e, de fato, preventivas.

2.4 Ações de enfrentamento ao ASI desenvolvidas na Educação Infantil

A partir das leituras dos textos selecionados e, na tentativa de identificar possíveis ações de Enfrentamento ao ASI, foi possível observar dois principais tipos, os quais consistiram em

caráter preventivo e protetivo. Ressalta-se que ações preventivas são aquelas que buscam trabalhar a temática de forma contínua e antecipatória, devendo ser discutida com familiares, crianças e toda a comunidade escolar, tem a ver com as formas de saber identificar situações de risco ou violências, antes que estas possam vir acontecer. As ações protetivas centram-se em sua maioria, na garantia integral dos direitos da criança, geralmente utilizadas quando a violência já ocorreu, ou quando a criança apresenta sinais observáveis. Desse modo, as ações protetivas ocorrem por meio das notificações realizadas, encaminhados aos equipamentos e serviços de referência no SGD, acompanhamento dos casos com foco na resolutividade e rompimento da situação de violência na qual a criança possa estar inserida (Silva & Camargo, 2023; Campos & Arnau, 2021; Neri, 2018; Silva, 2016; Bazon & Faleiros, 2013; Vollet, 2012; Nascimento & Deslandes; 2016).

No campo preventivo, autoras como Campos e Arnau (2021) identificaram, ainda que de forma tímida, ações que foram citadas pelos participantes de suas pesquisas. Dentre as ações, mencionam-se palestras voltadas para as famílias, formações para profissionais da educação e seminários realizados por instituições parceiras com o Ministério Público. Já para Neri (2018), as ações voltadas para as crianças precisam considerar suas idades e devem ser elaboradas de forma dinâmica, afim de gerar o interesse para a temática. Assim, a autora identifica que as ações de enfrentamento ao ASI, considerando a prevenção, devem promover discussões acerca da linguagem do corpo e suas emoções, o reconhecimento dos sentimentos e como estes podem ser agradáveis ou desagradáveis, conceitos gerais sobre a sexualidade e reflexões sobre a autoproteção, a qual se refere na possibilidade da criança reconhecer o risco e solicitar ajuda.

No que se refere ao campo protetivo, as ações parecem mais perceptíveis e com maior destaque nas pesquisas supracitadas. Autoras (es) como Campos e Arnau (2021), Neri (2018), Vollet (2012), Bazon e Faleiros (2013) e Neri (2018), evidenciaram aquelas que ocorrem após a identificação de ASI, pelas (os) profissionais de Educação. Em suma, a ação protetiva mais citada nos textos foi o encaminhamento aos serviços do Sistema de Garantia de Direitos - SGD. Dentre os equipamentos que recebem a notificação advindas do contexto educacional, o Conselho Tutelar e o CREAS foram os mais referenciados. No entanto, apesar de aparecerem nos relatos das (os) participantes destas pesquisas a compreensão sobre a necessidade da

denúncia ou notificação, pesquisadoras como Ribeiro (2012), revelaram contradição sobre o que é dito/compreendido e o que é realizado na prática. Para as autoras, em diversos momentos das entrevistas as (os) profissionais deixavam escapar a dificuldade em realizar a notificação, seja por medo de retaliação, desconforto com a situação, pouca compreensão sobre fluxos ou, até mesmo, tabus que envolvem a temática.

Em acordo com a pesquisa de Ribeiro (2012), Neri (2018) reforça a importância da qualificação continuada para profissionais da Educação, principalmente sobre temas como o enfrentamento ao ASI. Para a autora, a compreensão adequada sobre os fluxos e serviços de referência potencializam ações articuladas com a rede de proteção, agiliza os processos de encaminhamentos e cuidado com a vítima, impede a revitimização da criança e, descaracteriza o viés investigativo, assumido muitas vezes pelas (os) profissionais da Educação na tentativa de buscar provas ou indícios mais rebuscados, o que é papel da esfera criminalista. Destarte, ainda que se defenda a prevenção ao ASI na Educação Infantil, observa-se nos estudos encontrados que a Educação em todos os seus níveis, se preocupa mais em proteger a criança após o ocorrido da violência, do que atuar preventivamente. Advoga-se que a atuação preventiva, quando ocorre de forma longitudinal, cotidiana, com o coletivo, e focada na assessoria aos profissionais das instituições e no acompanhamento ao desenvolvimento infantil, pode produzir respostas que expressem o compromisso com a garantia dos direitos das crianças, sua proteção e enfrentamento às violências, marcadamente quando ocorrem de forma coordenada e sustentada em ações multiprofissionais e intersetoriais.

2.5. Educação Infantil, intersetorialidade e atuação em rede

É consenso entre os pesquisadores destacados neste levantamento, que a Educação Infantil pode se constituir de forma preventiva ao ASI. No entanto, sua potência e capacidade de atuação se torna restrita quando não há articulação com os demais equipamentos que compõem o SGD (Silva & Camargo, 2023; Campos & Urnau, 2021; Neri, 2018; Silva, 2016; Bazon & Faleiros, 2013; Vollet, 2012; Deslandes, 2016).

Nesse sentido, a partir da literatura encontrada, optou-se por elencar três desafios, quando se refere à atuação em rede com foco no enfrentamento ao ASI. O primeiro, e mais importante desafio é justamente o de reconhecermos os níveis de Educação como partícipes da rede que forma o SGD, o qual, é estruturado por três principais eixos: a defesa; a promoção e o controle social. A Educação, por sua vez, encontra-se vinculada ao eixo promoção, que diz respeito a efetivação dos direitos básicos da criança previstas em lei. Pode-se traduzir, na garantia do acesso aos serviços com qualidade. Nesse sentido, dentre as estratégias previstas na promoção de políticas públicas voltadas para as crianças, a prevenção é prioridade (Campos & Arnau, 2021).

O segundo desafio quando se trata da prevenção ao ASI na Educação Infantil, é a intersetorialidade. Destaca-se, que a intersetorialidade consiste num fazer construído coletivamente, onde vários setores, instituições e serviços de referência dialogam e elencam seus principais gargalos, suas competências e fortalezas, a fim de juntos, construírem fluxos e ações com grande impacto social. Autoras como Silva e Camargo (2023), Campos e Arnau (2021), enfatizaram as áreas prioritárias que devem estar intrinsecamente ligadas, quando é proposta uma atuação intersetorial, quais sejam: a saúde, educação, assistência social, segurança e justiça. No entanto, esse nível de articulação ainda não é percebido na prática. Mantém-se ainda uma prática fragmentada e setORIZADA.

O terceiro e último desafio, no que se refere a prática intersetorial na Educação Infantil, envolve o desconhecimento por parte das (dos) profissionais sobre a rede de proteção à criança, quem a compõe e como os fluxos funcionam. Tal desconhecimento incorre na incredulidade de um sistema de garantia de direitos que possa subsidiar e apoiar professores, gestores e demais profissionais da Educação Infantil na realização de práticas preventivas ao ASI, bem como na ausência de articulação intersetorial (Bazon e Faleiros, 2013). Deve-se atentar ainda para a escassez de protocolos unificados, documentos orientadores e momentos formativos que possam auxiliar toda a comunidade escolar na definição de estratégias de enfrentamento ao ASI (Silva, 2016).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente levantamento teve como objetivo conhecer de que forma a produção científica em bases de dados de pesquisas nacionais abordar o tema do enfrentamento ao abuso sexual no contexto da Educação Infantil, com foco nas concepções e práticas de professores e gestores, no período de 2012 a 2024. Conforme o levantamento da literatura realizado nas bases pesquisadas, observou-se uma quantidade reduzida de produções que se detiveram a discutir concepções e práticas de profissionais da Educação Infantil sobre o ASI.

Resumidamente, as pesquisas selecionadas consideram a Educação, em todos os seus níveis, e em especial a Educação Infantil, como fundamental para o enfrentamento ao ASI. No entanto, identifica-se a ausência de discussões que fortaleçam o carácter preventivo no contexto educacional, seja pelo desconhecimento ou desconforto das(dos) profissionais diante da temática ou ausência de formações que subsidiem tais práticas (Silva & Camargo, 2023; Campos & Urnau, 2021; Neri, 2018; Silva, 2016; Bazon & Faleiros, 2013; Vollet, 2012; Deslandes, 2016).

No que se refere às concepções e práticas de profissionais sobre o enfrentamento ao ASI na Educação Infantil, os estudos revelaram o conhecimento de conceitos gerais sobre a temática, tais como, sinais observáveis e alteração no comportamento das crianças vítimas da violência. No entanto, as pesquisas revelaram, em sua totalidade, encaminhamentos que ocorrem após a suspeita ou identificação de casos que se enquadram nas ações protetivas. As ações preventivas, quando mencionadas, estiveram atreladas a palestras ou atividades coletivas com pais e crianças, sem articulação com o SGD. Logo, esses estudos revelaram que as ações se concentram mais em proteger do que prevenir.

Sobre ações articuladas em rede e intersetorialidade, mencionam-se os encaminhamentos ao Conselho Tutelar, Centros de Referência Especializados de Assistência Social-CREAS, e Ministério Público. No entanto, não há menção sobre práticas preventivas desenvolvidas de forma coletiva e com a participação das instituições e equipamentos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança. Desse modo, a ausência de diálogo intersetorial pode fragilizar a efetividade das ações e aumentar as lacunas que impendem a

efetivação de práticas que, de fato, expressem o enfrentamento ao ASI e deem espaço à promoção e proteção dos direitos das crianças. Sugere-se, a partir deste levantamento, que os futuros estudos ampliem o entendimento dessa questão por meio de entrevistas com profissionais da Educação Infantil e do Sistema de Garantia de Direitos para conhecer, pelos seus relatos, as práticas voltadas ao enfrentamento ao ASI. Em seu conjunto, esses resultados podem subsidiar o planejamento, a elaboração e o desenvolvimento de práticas preventivas e intersetoriais, no contexto da Educação Infantil com foco no enfrentamento ao ASI.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A.; BRAZ AQUINO, F. S. Psicologia escolar e relação família-escola: um levantamento da literatura. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 23, n.2, p.307 –318, abr./jun.2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712018230210>. Acesso em 15 jan. 2023.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Org.). **Crianças vitimadas: A síndrome do pequeno poder**. Ed: Iglu, p. 21-47. São Paulo, 1989.

BARROS, M. M. A. C. **A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos**: um estudo de caso em Juruti (PA). 2016. Orientador: Glenylton Odilon Rêgo da Rocha. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém – PA, 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil, [1977] 2016.

BARROSO, A. D. P. **Formas de atuação profissional não revitimizantes no que tange a violência sexual contra crianças e adolescentes**: Estudo comparativo a partir do conhecimento da rede de proteção social em Campos dos Goytacazes/RJ e Miracema/RJ. 2022. Orientadora: Isabela Sarment de Azevedo. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense. Departamento de Serviço Social, Campos dos Goytacazes, RJ, 2022.

BRASIL. **Refazendo laços de proteção:** Ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Childhood – Instituto WCF, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 12. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: [L9394 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br) Acesso em: 17 de jul. de 2023.

BRASIL. **Relatório de Pesquisa:** a produção acadêmica sobre orientações curriculares e práticas pedagógicas na Educação Infantil Brasileira. Ministério da Educação, Brasília, DF, 2009. Disponível em: [1 \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br). Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. **Guia Escolar:** Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Lei 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: [L12796 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br). Acesso em: 18 de out. 2023.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil**. Ministério da Educação, Brasília, DF, 2018. Disponível em: [Public MEC WEB ISBN 2019 003.pdf \(www.gov.br\)](https://www.gov.br). Acesso em: 11 de nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Cartilha Abuso sexual contra crianças e adolescentes:** abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional, Brasília, 2021. Disponível em: [cartilhamaiolaranja.pdf \(www.gov.br\)](https://www.gov.br). Acesso em: 29 nov. 2023.

BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA** (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), [S. l.] v.7, n. 65, p.42–44, maio 2012. Disponível em: [Revisão da literaturafinal \(usp.br\)](https://www.usp.br) Acesso em: 17 de mar. 2024.

BAZON, M. R., & FALEIROS J. M. Identificação e Notificação dos Maus Tratos Infantis no Setor Educacional. **Paidéia**, 23(54), 53-61, Ribeirão Preto, SP, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-43272354201307>. Acesso em: 08 de mar. 2024.

CAMPOS, D. C.; URNAU, L. C. Exploração Sexual de Criança e Adolescentes: Reflexão sobre o Papel da Escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, 25, e221612, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021221612>. Acesso em: 25 de fev. de 2024.

GATTI, B. A. (2013). Educação, Escola e formação de professores: políticas e impasses. **Educar Em Revista**, (50), 51-67. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S010440602113000400005>. Acesso em: 15 dez. 2023.

GUZZO, R. S. L. (2016). Risco e Proteção: análise crítica de indicadores para uma intervenção preventiva na escola. In M. N. VIANA & R. FRANCISCHINI, (Orgs), **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP.

NASCIMENTO, A. F. do. & DESLANDES S. F. A construção da agenda pública brasileira de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 26(4), 1171-1191, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000400006>. Acesso em: 20 de fev. de 2024.

NERI, J. F. O. de. **Currículo escolar e enfrentamento à violência sexual intrafamiliar contra a criança e o adolescente no município de São Paulo**. Orientadora: Branca Jurema Ponce. 2018. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, SP, 2018.

OLIVEIRA, G. F.; ROQUE, G.; MELO, J. Sexualidade na escola: uma vivência da extensão universitária na formação continuada de professores. In: OLIVEIRA (Org.). **Sexualidade na escola: contribuições na formação docente na prática pedagógica**. Coleção: RENAFORM-UFPE Da formação à transformação, 1 edição, Ed: MXM, Pernambuco, 2016.

359

SANTOS, E. M. N. A educação como direito social e a escola como espaço protetivo de direitos: uma análise à luz da legislação educacional brasileira. **Revista: Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e184961, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/8pQkJ9rFx8cLKswHFWPfvTG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SANTOS, E. M. N.; LIMA, F. W. C. Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante. **Ecos Revista Científica**, São Paulo, n. 54, p. 1-17, e8338, jul./set, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/8338/8454> . Acesso em 19 set. 2023.

SILVA, P. S. da. **Violência na Educação Infantil: Apreensão dos sentidos e significados docentes** Campo Grande/MS. Orientadora: Sonia da Cunha Urt. 2016. 278 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2016.

SILVA, B. P. da; CAMARGO, D. de. As práticas profissionais realizadas em situações de Maus-tratos infantis: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 28(6), 1703-1715, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023286.14022022>. Acesso em: 03 de mar. de 2024.

VOLLET, M. R. O Saber e o Não Revelar da Violência Sexual Doméstica Infantil na Dinâmica do Profissional Escolar. Orientador: Paulo Rennes Marçal Ribeiro. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, 2012.

Submetido: 13/11/2024

Aprovado: 30/12/2024